



128

*Supremo Tribunal Federal*

SERVIÇO DE JURISPRUDÊNCIA

DJ 27.02.87

EMENTÁRIO Nº 1450-2

396

PRIMEIRA TURMA

10.02.1987.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 104.584-1

SÃO PAULO

(c r i m i n a l)

RECORRENTE

: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL -

RECORRIDA

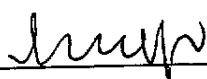
: YOLANDA APARECIDA GERMANO OU YOLANDA APARECIDA FERREIRA

E M E N T A : - Recurso Extraordinário Criminal - Crime continuado - Aresto recorrido que admitiu a continuidade delictiva entre crimes de roubos e latrocínio - Alegação de divergência jurisprudencial (letra "d") - Recurso extraordinário não conhecido por não demonstrada satisfatoriamente a divergência, pois no julgado recorrido se levou em conta, também, a existência de coisa julgada sobre a questão, entre um dos roubos e o latrocínio (objeto do mesmo processo), circunstância não cogitada nos arestos paradigmas (Súmula 291). E também porque esse fundamento não foi atacado no apelo extremo (Súmula 283).

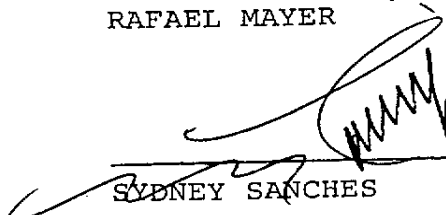
A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso.

Brasília-DF, 10 de fevereiro de 1987.

  
RAFAEL MAYER

PRESIDENTE

  
SYDNEY SANCHES

RELATOR

  
luiz

01450020  
04501040  
05841000  
00000160



10.02.1987.

PRIMEIRA TURMA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 104.584-1

SÃO PAULO

(c r i m i n a l)

RELATOR : O SENHOR MINISTRO SYDNEY SANCHES  
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL  
RECORRIDA : YOLANDA APARECIDA GERMANO OU YOLANDA A  
PARECIDA FERREIRA

01450020  
04501040  
05842000  
00000200

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO SYDNEY SANCHES : -  
1 - O ilustre Desembargador PRESTES BARRA,  
2º Vice-Presidente do Eg. Tribunal de Justiça do Estado  
de São Paulo, deferiu o processamento do presente recurso  
extraordinário criminal, por razões assim expostas às fls.  
99/100:

"Trata-se de RE interposto pelo Dr. Procurador-Geral de Justiça, contra acórdão da E. 3a. Câmara Criminal deste Tribunal (votação majoritária), que unificou penas reclusivas de três condenações impostas a Yolanda Aparecida Ferreira (ou Germano), em reforma parcial à decisão de primeira instância (Vara das Execuções Criminais), que unificara apenas duas condenações, referentes a crimes de roubo.

Fundamentado o recurso no art. 119, III, letra d, da CR, nele se sustenta que o julgado, incluindo na continuação delituosa também o crime de latrocínio, "divergiu de outros proferidos por diversos tribunais de nosso país, inclusive da jurisprudência hoje pacífica do Colendo Supremo Tribunal Federal".



398

Hã impugnação, pleiteando o indeferimento.

Admito o apelo extremo.

A questão, bastante conhecida, foi muito bem exposta pelo ilustre recorrente na petição de fls. 71/81, tempestivamente apresentada, e que atende aos requisitos regimentais, em especial o da comprovação da divergência entre o aresto impugnado e a jurisprudência de outros Tribunais, inclusive a do Pretório Excelso, que repele a continuidade delitiva entre os crimes de latrocínio e roubo.

A perfeita demonstração do dissídio pretoriano foi feita pelo Dr. Procurador-Geral, como era obrigatório, ficando afastada, em consequência, a impugnação.

Pelo exposto, DEFIRO o processamento do RE." (fls. 99/100).

2 - Arrazoadado e contra-arrazoadado o recurso (fls. 102/113), o ilustre Subprocurador-Geral da República Dr. VALIM TEIXEIRA opinou por seu conhecimento e provimento, "verbis":

"2. A nosso ver, o presente recurso extraordinário deverá ser provido, eis que comprovada a divergência jurisprudencial. O Colendo Supremo Tribunal Federal, examinando idêntica questão em julgado bem recente, decidiu: "Direito Penal. Continuidade delitiva envolvendo roubo e latrocínio. Sua inviabilidade. Precedentes do STF. Recurso extraordinário provido" (RECr n. 100.972 - SP - Relator o Exmo. Sr. Ministro DJACI FALCÃO - in RTJ 111 - página 777).

3. Opinamos, pelo exposto, pelo provimento do recurso extraordinário interposto." (fls. 118/119).

É o RELATÓRIO.





V O T O

O SENHOR MINISTRO SYDNEY SANCHES (Relator) : -

1 - No recurso, procurou o Ministério Público Estadual sustentar que o v. acórdão recorrido entrou em conflito com os paradigmas, pois teria admitido a continuidade relativa entre crimes de roubo e latrocínio, enquanto estes a consideraram inadmissível.

Mas o aresto impugnado contém particularidade, que não foi levada em consideração nos trazidos a confronto.

Particularidade, ademais, não examinada ao ensejo da interposição do recurso extraordinário, não ficando, pois, satisfatoriamente demonstrada divergência, com observância do artigo 322 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e da Súmula n.291.

2 - Diz o julgado de São Paulo, ora recorrido:

"1. A recorrente sofreu 3 condenações na Comarca de Guarulhos, uma por roubo agravado, praticado no dia 13 de maio de 1977, outra pelo mesmo delito ocorrido no dia 23 do mesmo mês e ano e, finalmente, uma outra, por roubo e latrocínio sob a forma continuada. Ela pleiteou, na Vara das Execuções Criminais a unificação dessas penas e teve o seu pedido acôlhido em parte, tendo o magistrado unificado as penas corporais correspondentes às duas condenações autônomas por roubo.



01450020  
04501040  
05843000  
01400390

*Supremo Tribunal Federal*

RECr 104.584-1/SP

*[Handwritten signature]* 400 <sup>4</sup>

Irresignada, a reeducanda recorreu, reclamando apenas, a inclusão na série unificada da condenação excluída (roubo e latrocínio sob a forma continuada). Contra-razões pela confirmação. Decisão mantida e, nesta instância, o parecer foi pela sua confirmação.

2. Impõe-se, no caso, concreto, o provimento do recurso. É indubitoso que, na primeira execução (Processo n. 627/70 do Segundo Ofício de Guarulhos), a Justiça Pública conformou-se com o reconhecimento, pela sentença, da continuidade de delitiva entre o roubo e o latrocínio (fls. 9 usque 15), não se vendo como possa, na espécie, ser essa execução excluída da série unificada, principalmente se tiver em conta que esses crimes foram praticados no mesmo dia, com a diferença de poucas horas - com os mesmos parceiros do delito objeto da segunda execução (Processo n. 707/79, Primeiro Ofício de Guarulhos).

Assim sendo, com a devida e máxima vênia do ínclito relator sorteado, impõe-se o provimento do recurso, para a unificação das penas corporais das três execuções (primeira, segunda e terceira), sendo certo que a maior pena é a do latrocínio (15 anos), sobre a qual incidirá o acréscimo de 1/2, porque três foram os roubos, concretizando-se a reprimenda em 22 anos e 6 meses de reclusão.

Fica, pois, provido, por maioria, o recurso, para o fim acima enunciado, vencido o ilustre relator sorteado, que o improvia.

Isto posto,

A C O R D A M, em Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, por maioria de votos, em dar provimento ao recurso para unificar as penas das três execuções, concretizando-a em 22 anos e 6 meses de reclusão." (fls. 65/66).



Vê-se, pois, que o acórdão não se limitou a admitir, pura e simplesmente, em tese, a continuidade

*Supremo Tribunal Federal*

RECr 104.584-1/SP

101 5

de delitiva entre crimes de roubo e de latrocínio, apli-  
cando esse entendimento à hipótese.

Levou em consideração também outro funda-  
mento, qual seja, o que assim expressou:

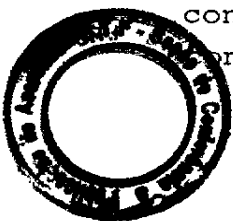
"Impõe-se, no caso concreto, o  
provimento do recurso. É indubitoso que,  
na primeira execução (Processo n. 627/  
79 do Segundo Ofício de Guarulhos), a  
Justiça Pública conformou-se com o reco-  
nhecimento, pela sentença, da continua-  
da de delitiva entre o roubo e o latrocínio  
(fls. 9 usque 15), não se vendo como pos-  
sa, na espécie, ser essa execução exclu-  
da da série unificada ..." (v. fls. 65,  
item 2).

Na verdade, o que fez o v. acórdão, nes-  
se ponto, foi acusar a existência de coisa julgada sobre  
o caráter continuado dos crimes de roubo e de latrocínio  
naquele processo.

E havia, mesmo, coisa julgada, pois a  
sentença ali proferida, aplicara à recorrida a pena de la-  
trocínio com acréscimo de 1/6, exatamente por reconhecer  
a continuidade delitiva entre os crimes de roubo e o de  
latrocínio (v. fls. 9/13).

E não houve recurso do Ministério Públi-  
co naquele feito, mas apenas dos réus, que não cuidaram  
desse ponto (fls. 14/15).

4 - Ora, é de se perguntar: se no processo em  
que se cuidou dos delitos de roubo e de latrocínio se  
decidiu, mediante coisa julgada, que havia entre ambos  
continuidade delitiva, poder-se-ia negar a existência de  
continuidade entre tais delitos e os dois outros roubos



tratados noutros processos apenas porque no latrocínio se atinge bem personalíssimo?

O acórdão recorrido entendeu que não, ou seja, levou em conta a continuidade reconhecida, com trânsito em julgado, entre os delitos de latrocínio e de roubo, para admitir a continuidade entre estes e os dois outros roubos.

Terá acertado? Terá errado nesse ponto?

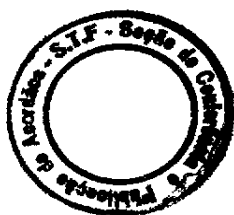

Aqui não se pode resolver tal questão.

É que o recurso extraordinário não a considerou.

Vale dizer, deixou de lado uma peculiaridade da causa, e um fundamento autônomo do acórdão que, ademais, não foi objeto de consideração nos arestos paradigmáticos.

5 - Sendo assim, há incidência das Súmulas 291 e 283, pois se, de um lado, não ficou perfeitamente caracterizado o dissídio, ante a particularidade só encontrada no acórdão recorrido e não nos paradigmas, por outro também não se atacou o fundamento autônomo que este dela (particularidade) extraiu.

6 - Por tais razões, não conheço do recurso extraordinário.



# Supremo Tribunal Federal

PRIMEIRA TURMA

403

## EXTRATO DE ATA

RE 104.584-1 - SP

Rel.: Ministro Sydney Sanches. Recte.: Ministério Público Estadual. Recda.: Yolanda Aparecida Germano ou Yolanda Aparecida Ferreira (Advs.: Regina Maria Costa Donelli e outro).

Decisão: Não se conheceu do recurso. Unânime. 1a. Turma, 10-02-87.

01450020  
04501040  
05844000  
00000470

Presidência do Senhor Ministro Rafael Mayer. Presentes à sessão os Senhores Ministros Néri da Silveira, Oscar Corrêa, Sydney Sanches e Octavio Gallotti.

Subprocurador-Geral da República. Dr. Francisco de Assis Toledo.

ANTONIO CARLOS DE AZEVEDO BRAGA  
Secretário

